UM EXAME GERAL DA MATERIALIDADE DA REVISTA DO ENSINO (MG) NO PERÍODO (1925-1940)

Monalisa Lopes dos Santos Coelho[1]

RESUMO: O objetivo principal desta pesquisa é estudar a materialidade da *Revista do Ensino* (MG) na sua primeira fase (1925-1940). Os objetivos específicos são: examinar as características editoriais mais marcantes, como eram as formas de distribuição e acesso pelos leitores; reconhecer as capas mais significativas que marcaram as mudanças editoriais vividas; e descobrir quais eram as seções do periódico. Em termos teóricos e metodológicos adotou-se a perspectiva da Nova História Cultural para a realização da análise documental dos 175 números da *Revista do Ensino* (MG). As análises desenvolvidas permitiram concluir que essa revista educacional se consolidou como um artefato histórico e cultural cuja materialidade foi meticulosamente orquestrada para servir como o principal suporte de irradiação das políticas educacionais mineiras. Deste modo, a revista se tornou um registro documental do discurso oficial educacional daquele período, circulando as intenções do Estado de Minas Gerais de modernizar o ensino e uniformizar a prática docente.

PALAVRAS-CHAVE: Materialidade; *Revista do Ensino* (MG); características editoriais.

ABSTRACT: The main objective of this study is to examine the materiality of *Revista do Ensino* (MG) during its early phase (1925–1940). The specific objectives are: to examine its most notable editorial characteristics, including distribution methods and reader access; to identify the most significant covers that reflected the editorial changes of the time; and to determine the sections of the journal. In theoretical and methodological terms, the New Cultural History perspective was adopted to conduct the documentary analysis of the 175 issues of *Revista do Ensino* (MG). The analyses conducted led to the conclusion that this educational journal established itself as a historical and cultural artifact whose materiality was meticulously orchestrated to serve as the primary vehicle for disseminating Minas Gerais' educational policies. Thus, the journal became became a documentary record of the official educational discourse of that period, reflecting the state of Minas Gerais's intentions to modernize education and standardize teaching practices.

KEYWORDS: Materiality; *Revista do Ensino* (MG); editorial characteristics.

[1] Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, filiação: Departamento das Ciências Sociais e Aplicadas (DCS) da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) Unidade Ituiutaba-MG, professora em Cursos de Graduação do DCS da UEMG, endereço: Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva, s/n - Bairro Universitário - Ituiutaba/MG - CEP: 38302-192, telefone: 0(34)3271-9932, monalisalopes.coelho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo insere-se na linha de pesquisa de História e Historiografia da Educação. A fonte histórica pesquisada foi a *Revista do Ensino* de Minas Gerais no período (1925-1940). A imprensa pedagógica como fonte historiográfica traz em seu bojo múltiplas possibilidades de leituras e análises para as pesquisas científicas na área da História da Educação. Este estudo trabalho adotou o periódico educacional denominado *Revista do Ensino* (MG) compreendendo-o como fonte histórica e artefato cultural, que materializou em suas páginas propostas didáticas que exibiam as concepções pedagógicas que existiam em seu contexto histórico.

Para o estudo da imprensa periódica pedagógica, esta pesquisa embasa-se em Catani (1996), que considera as revistas especializadas em educação como instância "[...] privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional" (CATANI, 1996, p. 117).

A criação da *Revista do Ensino* (MG) ocorreu em 1892, embora tenha sido extinta em 1893. Contudo, ela foi reativada 33 anos mais tarde, alcançando a sua efetiva produção e circulação a partir de março de 1925, prosseguindo sem interrupções editorias até 1940. Neste recorte foram impressos do número 1 até o número 175. Após cessação da Segunda Grande Guerra Mundial em 1945, ela foi reativada em 1946, até ser finalmente extinta em 1971. Neste sentido, justifica-se a escolha do recorte histórico selecionado (1925-1940), dado que a nessa primeira fase a sua produção ocorreu durante 16 anos ininterruptos.

Fraga (2013, p. 73) explicita que o gênero editorial chamado revista "é um veículo de proposta ligeira, condensada [...] e, portanto, de maior facilidade à leitura". Capelato (1988) assegura que o gênero editorial classificado como revista impressa, distingue-se dos demais gêneros publicados pela imprensa, que são também objetos impressos como jornais, boletins e outros. As revistas são formatadas em brochura, onde não se usam geralmente folhas soltas, mas sim agrupadas e sequenciadas, sempre apresentam capas, e a periodização é espaçada (Fraga, 2013).

Por meios dos estudos realizados por Santos e Egido (2018) e Fraga (2013) compreendeu-se que estudar a materialidade de um objeto impresso é estudar a forma, a estética, ou a aparência gráfica que os textos impressos assumiram dentro do suporte material específico chamado revista, que portava/carregava tais textos. Dito de outro modo, significa estudar a forma que o texto adquiriu visualmente quando foi impresso nesse suporte material após publicado.

O objetivo principal desta pesquisa é estudar a materialidade da *Revista do Ensino* (MG) na sua primeira fase (1925-1940). Os objetivos específicos são: examinar as características editoriais mais marcantes, e como eram as formas de distribuição e acesso pelos leitores; reconhecer as capas mais significativas que marcaram as mudanças editoriais vividas, em face das descontinuidades político-educacionais existentes; e descobrir quais eram as seções do periódico.

2. DESENVOLVIMENTO

A partir de uma abordagem qualitativa, em termos teóricos e metodológicos adotou-se a perspectiva da Nova História Cultural para a realização da análise documental dos 175 números da *Revista do Ensino* (MG) publicados entre (1925-1940).

A Nova História Cultural, movimento historiográfico da Escola dos *Annales* do século XX, preocupou-se dentre tantos aspectos com a renovação das fontes e das interpretações históricas, incentivando a adoção de novas fontes históricas para exame, como por exemplo: a imprensa, que inclui livros, jornais e revistas, dentre outros.

Por meio de Chartier (1995; 1988) foi possível interpretar essa revista educacional mineira como um suporte material e artefato cultural que serviu para a formação e informação de professores do seu tempo, e também como um artefato cultural resultante das aspirações, interesses e crenças dos grupos sociais específicos que a produziram.

Considerando esta revista pedagógica como um artefato cultural, acredita-se que a materialidade desse objeto impresso pode ser reconhecida "por sua forma e por sua composição gráfica" permitindo que "os textos sejam lidos e manuseados [...]" (Fraga, 2013, p. 73).

Neste sentido, chegou-se ao entendimento de que a materialidade dessa revista educacional mineira impressa também se comunicava visualmente e verbalmente com os seus leitores. Deste modo, este periódico oficial mineiro foi tomado como fonte e objeto de estudo, no qual se examinará quais eram as suas principais características materiais gerais, visto sempre como um objeto cultural, cuja materialidade é inseparável do contexto histórico em que foi produzido.

Assim sendo, para o alcance dos objetivos geral e específicos erigidos para serem perseguidos na pesquisa, a seguir, o presente texto foi organizado em 3 eixos de análise denominados respectivamente de: "Características mais marcantes, formas de distribuição e acesso pelos leitores", "Principais capas no contexto geral de edição", e por último o item "As seções da *Revista do Ensino* (MG)".

2. 1 Características mais marcantes, formas de distribuição e acesso pelos leitores

Uma das características mais proeminentes da *Revista do Ensino* (MG), que a distinguia das demais revistas a ela contemporâneas, refere-se ao fato dela ter sido uma revista pedagógica financiada pelo Estado, por isso, sua periodicidade e circulação estavam asseguradas pela Imprensa Oficial, diferentemente das outras publicações privadas. Desta maneira, ela se configurou como o impresso oficial mineiro mais relevante do seu tempo, sendo um veículo especializado em educação, e por isso, contava com um público alvo bem definido: os (as) professores(as). Além disso, ela pôde circular até as regiões mais longínquas do território mineiro, no dizer de Biccas (2002; 2008), e se tornou o canal de comunicação oficial do governo mais eficiente, para divulgar as novidades educacionais que estavam ocorrendo, emitindo instruções e formação docente atualizada.

Na fase editorial inaugurada em 1925, a *Revista do Ensino* (MG) se tornou técnica e pedagógica: técnica no sentido de noticiar todos os atos oficiais dos governos publicando textos relativos às reformas da educação aprovadas (Biccas, 2005); e pedagógica, no sentido de dedicar-se a tratar dos assuntos didáticos, funcionando como um verdadeiro manual de como ensinar (Assis, 2019; 2021). Desta forma, ela se distanciou totalmente do caráter técnico e burocrático que tinha no tempo em que foi criada (1892), com 3 números produzidos em 1893, sendo nesse ano mesmo totalmente descontinuada.

Entre as décadas de 1920 e 1940, também circulavam outras revistas pedagógicas do Rio de Janeiro, de São Paulo e até de outros países da América Latina, América do Norte e da Europa, porém o referido periódico educacional mineiro era o que mais circulava em todo território do estado nas escolas (Biccas, 2008).

Uma outra característica proeminente da *Revista do Ensino* (MG) na primeira fase dela (1925-1940), refere-se ao fato de que além do *Boletim Voz da Escola*[2], ela configurou-se como a única revista educacional produzida pela Imprensa Oficial de Minas Gerais em seu tempo, ou seja, em nível estadual não haviam outros periódicos concorrentes à sua altura.

Além disso, esta revista pedagógica se destacou por sua proeminente característica: era destinada especificamente a tratar só de educação, destacando-se em seu tempo pela formação

[2] O *Boletim Voz da Escola* (1929-1929) era produzido pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte/MG, e editado pelo Órgão da Escola de Aperfeiçoamento para difundir as realizações dessa Escola Normal num só número de dezembro de 1929, baseado nos princípios da Escola Nova da Reforma Francisco Campos. Mas, como esse *Boletim* acabou representando uma concorrência à revista, porque também era produzido pela Imprensa Oficial, segundo Biccas (2008), ele foi rapidamente extinto por este motivo; e então toda a produção didática desenvolvida pelos/pelas professores (as) e normalistas da Escola de Aperfeiçoamento passaram a se concentrar apenas na revista oficial mineira.

docente atualizada que disponibilizava em suas páginas, além de chegar gratuitamente nas instituições escolares de todo o território mineiro. E isso não acontecia com as demais revistas a ela contemporâneas, que eram particulares, conforme Coelho (2025).

Cabe destacar ainda, que uma das principais marcas dessa revista oficial mineira é o fato dela nunca ter mudado de nome. Este se manteve inalterado durante todos os períodos (1892-1893), (1925-1940), e (1946-1971). Ou seja, desde a sua gênese em 1892, até ser finalmente extinta em 1971, a Imprensa Oficial sempre utilizou o mesmo nome.

Outro aspecto importante é a tiragem de uma revista, que segundo Bastos (2002, p. 54): "é um significativo indicador da repercussão da revista no meio educacional, regional e nacional [...] um importante, e muitas vezes único meio de (in) formação à disposição do professor e de utilização na sua prática cotidiana".

Assim, observou-se que as edições publicadas a partir de 1925, enquanto a revista era anexa ao *Jornal Minas Gerais*, ela era distribuída em todas as instituições públicas onde esse jornal era assinado, chegando, deste modo, a todas as instituições escolares, e aos funcionários públicos que mantinham a sua assinatura (Biccas, 2008). Em 1925, conforme a autora, a revista chegava a todas as 3.146 instituições de ensino do estado, sendo: 196 grupos escolares, 1666 escolas estaduais, 579 escolas municipais, 7 escolas do governo federal, 695 escolas particulares, e 3 escolas infantis. Nestes termos, em 1926, em torno de 5.000 exemplares chegavam de graça a todas essas instituições públicas de ensino (Biccas, 2008; Coelho, 2025).

> [...] a distribuição era feita para todas as escolas e grupos escolares estaduais, pelo menos 2.451 instituições e funcionários do ensino público tinham acesso direto e gratuito à *Revista.* As 695 escolas particulares também tiveram acesso à *Revista*, da mesma forma que o público em geral, ou seja, comprando o Jornal Minas Gerais de maneira avulsa ou por meio de assinatura (Biccas, 2008, p. 86).

Sobre o processo geral de distribuição, embasando-se na autora compreendeu-se que nos anos que se seguiram à sua reativação e pujante circulação, o periódico era distribuído a todos os estabelecimentos de ensino públicos em Minas Gerais, e em alguns particulares.

Da leitura das páginas desse impresso verificou-se que o sistema de assinaturas começou só a partir do nº 40 (1929). Os professores poderiam assiná-lo, em 1929, de duas maneiras: nas instituições de ensino públicas ou privadas onde os professores trabalhavam; ou se quisessem, eles poderiam realizar uma assinatura mensal, ou anual para a Imprensa Oficial do Estado. Esse tipo de aquisição foi criado por duas razões: a primeira por causa da procura dos professores por números específicos, com possíveis temas úteis para a sua atuação em sala de aula; e a

segunda, era a possibilidade de os educadores poderem comprar exemplares avulsos, sem precisarem ter que se comprometer com uma assinatura (Biccas, 2002).

Neste quesito, é importante esclarecer o motivo pelo qual este impresso começou a ser vendido, e/ou assinado, já que desde a reativação dele em 1925, e ao longo de toda a sua história ele sempre foi gratuito. As assinaturas só existiram para complementar a receita do periódico. Além de gratuito, ele era enviado a todas as instituições de ensino, assim, as assinaturas e venda de exemplares avulsos foram criadas como uma forma de angariar recursos para a produção do impresso.

A possibilidade de assinatura surgiu diante do contexto da crise econômica a partir da década de 1930. Porque embora fosse um periódico oficial, totalmente subsidiado pelo governo de Minas Gerais desde a sua gênese, por conta dessa crise, os recursos que entravam com a sua venda eram destinados para a sua produção, na tentativa de garantir a sua continuidade (Biccas, 2002).

Em relação à periodicidade geral da *Revista do Ensino* (MG) observou-se que, no Decreto nº 6655/1924, pelo qual Mello Vianna a reativou, embora este estabelecesse no artigo 479, que a Diretoria da Instrução Pública deveria produzi-la com periodicidade mensal (Minas Gerais, 1924), na prática notou-se o contrário disso: a periodicidade mensal só aconteceu de março a setembro de 1925, e no ano de 1929. Já nos demais anos subsequentes, verificou-se o lançamento de números bimestrais, trimestrais, quadrimestrais, semestrais e até anuais.

Num sentido amplo e panorâmico, pode-se dizer, em síntese, que embora a periodicidade geral da revista tenha apresentado essas oscilações no tempo gasto entre um lançamento e outro, reconheceu-se que essa periodicidade não foi interrompida em nenhum dos anos do período (1925-1940). Apenas houve a diminuição da produção de exemplares durante os últimos anos desse período. E a explicação sobre essa política editorial de redução na produção será analisada durante os próximos itens.

Deste modo, ressalta-se que uma das características mais marcantes desse impresso educacional reside na forma como ela foi desenhada pelas reformas educacionais implementadas no seu tempo, que além de organizarem a formação de professores, também determinavam como seria a sua materialidade em diferentes aspectos como: o seu *layout,* as suas capas, as seções, e, sobretudo, quais seriam os seus conteúdos, dentre outros aspectos. Assim sendo, analisou-se que desde a sua gênese, ela funcionou como um produto criado pela Reforma Afonso Penna (1892), e modificado pela Reforma Mello Vianna (1924) e pela Reforma Francisco Campos (1927), estas duas últimas especialmente, muito propaladas em suas páginas e definidoras dos rumos da educação mineira.

2.2 Principais capas no contexto geral de edição

A partir deste ponto da escrita este estudo buscou inspiração no estudo de Santos e Egido (2018) para poder examinar a materialidade desse periódico mineiro.

Neste item serão apresentadas algumas capas que, segundo a ótica da presente pesquisa, foram aquelas que mais marcaram a história desse impresso pedagógico oficial devido às mudanças materiais percebidas.

No geral, reconheceu-se que ele foi remodelado várias vezes segundo os interesses dos seus editores que realizaram reformas político-educacionais que reconfiguraram a materialidade desse suporte, com a intenção de atraírem o público docente a se interessar pelos seus conteúdos, preceitos e instruções didáticas.

Observou-se que as transformações materiais nas capas não correspondem necessariamente às mudanças políticas ocorridas em meio ao lançamento de cada exemplar. Mas, mesmo assim, com o intuito de diferenciar-se dos densos trabalhos construídos por Biccas (2001; 2002; 2005; 2006; 2008), que já detalharam as diferentes transformações materiais do periódico durante o recorte estudado, a partir deste tópico em diante, essa pesquisa tentará exibir as principais capas que marcaram as maiores mudanças vivenciadas no formato do impresso em meio às principais trocas de governo.

Criada e modelada, em meio a diferentes reformas educacionais, a primeira foi a Reforma Afonso Penna em 1892, que criou a *Revista do Ensino* (MG). A segunda reforma da educação foi a Reforma Mello Vianna (1924), quando a revista foi reativada, sendo em março de 1925 iniciada a sua efetiva produção, onde foram totalmente desconsiderados aqueles 3 números outrora lançados em 1893, na gestão anterior. Assim, a partir de 1925, estabeleceu-se o marco zero dela, cujo ano marcou a contagem oficial do primeiro número lançado.

Além desse aspecto, outro aspecto da materialidade que vale a pena ser estudado são as capas. Quando se trata de objetos impressos, pode-se notar que efetivamente eles possuem características específicas que os diferem dos materiais digitais e analógicos, e seguramente as capas atendem à essa caracterização. A adoção de uma capa dá ao impresso do gênero revista a identidade, a sua marca, a seu "rosto" que torna esse impresso inconfundível na memória dos seus leitores. Deste jeito: "Uma capa pode ser composta por elementos linguísticos verbais e não verbais, que compõem a diagramação da mesma, tais como, imagens [...] formato [...] (Fraga, 2013, p. 73).

Na capa do nº 1 apresentada na figura 01 abaixo mostra que a produção dela era feita pela Diretoria de Instrução Pública de Minas Gerais.

FIGURA 01 – Capa do número 1 (1925)



Revista do Ensino

ORGAM OFFICIAL

DA DIRECTORIA DA INSTRUCÇÃO

ANNO I — Bello Horizonte, 8 de Março de 1925 — N.º 1

SUMMARIO

Estampando, no seu primeiro numero, os retratos dos Drs. Mello Vianna e Sandoval de Azevedo, presta a *Revista do Ensino* a esses dous dignos iniciativos, uma justa e merecida homenagem, pelos inestimaveis serviços que nos mesmos deve a causa da instrucção no nosso Estado.

Fonte: *Revista do Ensino*, v. 1, nº 1, 1925

FIGURA 02 – Capa do número 11(1926)



REVISTA DO ENSINO

ORGAM OFFICIAL

DA DIRECTORIA DA INSTRUCÇÃO

ANNO II — Bello Horizonte, Fevereiro de 1926 — NUM. 11

ORAÇÃO DA MESTRA

Fonte: *Revista do Ensino*, v. 2, nº 11, 1926

Na figura 01 acima aparecem publicados à esquerda o retrato do então Presidente de Província Mello Vianna e à direita o seu Secretário de Interior Sandoval de Azevedo. Este governo pretendia ser lembrado como aquele que reativou e tornou pujante a imprensa pedagógica oficial em Minas Gerais, sendo isto um dos marcos educacionais mais significativos dessa gestão, conforme Assis (2021). Nesse governo, Noraldino de Lima foi nomeado como Diretor da Imprensa Oficial em 1926. E da edição de nº 1 (1925) até o nº 11 (1926), este impresso educacional circulava como um encarte anexado ao jornal *Minas Gerais*, funcionando como um suplemento deste.

Analisou-se que do nº 1 até o nº 11, as edições possuíam capas pouco definidas, e não havia uma identidade padronizada nas capas. Nesses números, as próprias capas já funcionavam como a primeira página dos exemplares, ou seja, a partir das próprias capas a distribuição dos conteúdos que seriam tratados já era iniciada, cujos textos eram dispostos em duas colunas, e os sumários eram intermitentes. Isso pode ser notado nas capas acima, pois, na figura 02, na capa do exemplar nº 11 não há sumário, mas no exemplar de nº 1 há um pequeno sumário que antecede a foto do Presidente Mello Vianna e a foto do Secretário de Interior Sandoval de

Azevedo, que foram homenageados nessa edição de relançamento e inauguração desta nova fase editorial profícua.

Segundo Biccas (2006; 2008), na gestão do Presidente Mello Vianna uma característica material marcante da revista, de março de 1925 a fevereiro de 1926, era a dimensão física dos exemplares: 24 centímetros de altura, por 18 centímetros de largura (24x18) cm. Contudo, em março de 1926, saiu o nº 12, exibido a seguir, nele foi possível notar uma mudança na materialidade dela bastante significativa, a partir do seu lançamento.

FIGURA 03 – Capa do número 12 (1926)


ANNO II — N. 12 MARÇO DE 1926

REVISTA=
DO ENSINO
— ORGAM OFFICIAL —
DA DIRECTORIA DA INSTRUCÇÃO

SUMMARIO

J.: Os grandes nomes da Pedagogia: Pestalozzi. — Viagem de Bello Horizonte a Natal — Gustavo Penna: O culto da verdade nas escolas. — Secretaria do Interior: Aos Inspectores Regionaes do Ensino — Como devem ser os Jardins da Infancia. — Aurea Cunhoga: As gravuras aproveitadas intelligentemente para lições. — Como se desenvolve, na criança, o gosto pela leitura. — M. Luisa de Almeida Cunha: Os exercicios de observação no ensino moderno. — Lucio José dos Santos: Claudio Manoel da Costa. — Prof. Carlos Góes: Estudo das Locuções correspondentes ás Palavras. — Dois sonetos de Olavo Bilac. — Um quadro authentico de Marilia de Dirceu. — Eduardo Frieiro: Como devem ser feitos os livros para crianças. — Vitalia Campos: Como se faz uma lição de arithmetica. — As chamadas escolas innovadoras. — Branca de Carvalho Vasconcellos: O canto nas escolas. — Como deve ser a professora para exercer, com exito, a arte de ensinar. — Folk: O Chico Preguiça. — Os jogos nas escolas. — O ensino de costura e trabalhos manuaes no curso primario. — Para fazer a raça forte e energica.

BELLO HORIZONTE
MINAS GERAES

Fonte: *Revista do Ensino*, v. 2, nº 12, 1926.

O nº 12 marcou a adoção da primeira capa reconhecida, no olhar desta pesquisa, e no olhar de Assis (2019; 2020; 2021), como a capa mais definidora da identidade do periódico até então, pois, as edições anteriores apresentavam longos textos nas capas, não continha sumários fixos, e a primeira página dos textos já era iniciada na própria capa. Porém, na capa acima, vê-se uma identidade mais definida, um certo padrão editorial que se estabeleceu a partir daí, o nome "Revista do Ensino" assumiu letras grandes, bastante ressaltadas, para evidenciar que a publicação era oficialmente da Diretoria da Instrução Pública, e não existem mais textos sendo iniciados na capa. Deste modo, verificou-se que o padrão agora seria o de iniciar os conteúdos a partir da página seguinte, que passou a ser considerada como a primeira página depois das capas.

Observou-se outro aspecto material relevante: o nº 12 marcou a inserção definitiva dos sumários nessa capa e nas capas das próximas edições. Esses sumários eram contornados por um quadrado, como se estivessem emoldurados, para serem destacados, e se tornaram fixos na maioria delas entre 1926 a 1940.

Assis (2019) considera que a partir do nº 12, o periódico conseguira finalmente se distanciar da aparência do jornal *Minas Gerais*, para assumir as feições de uma revista com identidade própria. Deste jeito, ela se tornou mais independente "passando a ser distribuída em outros espaços que não só os do jornal [...] O fato de ter ganhado uma capa trouxe uma nova identidade [...] passou a ter uma aparência similar às suas congêneres" (Biccas, 2006, p. 85). Reparou-se que o fato de não sair mais como um encarte significava dizer que, que todas as edições subsequentes passaram a ser impressas individualmente. Desta forma, considerou-se que este exemplar acima foi um divisor de águas na materialidade desse artefato cultural.

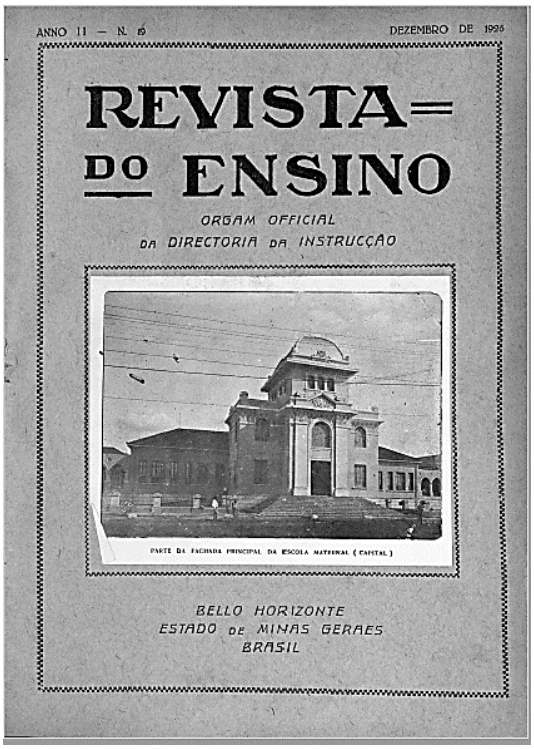
Do nº 14 (1926) até o nº 25 (1926) é o momento histórico em que mais foram editados números que onde se lançaram capas com ilustrações, que ao invés de colocarem o sumário, o substituíam por fotos e gravuras de prédios monumentais ligados à educação oficial, que tentavam transparecer a ideia de que as autoridades da educação pública estavam tentando melhorar o ensino e a formação de professores(as) no estado, com interior dos exemplares sendo marcado pela discussão destes temas. Em geral, essas capas exibiam imagens de prédios educacionais republicanos majestosos construídos em meio às políticas educacionais que pretendiam retirar o país do analfabetismo por meio da ampliação da quantidade dos Grupos Escolares e das Escolas Normais para a formação e aperfeiçoamento docente, políticas educacionais estas, que já vinham sendo construídas desde a Reforma João Pinheiro (1906), e continuaram durante a Reformas Mello Vianna (1924) e Francisco Campos (1927) respectivamente (Assis, 2021).

A seguir, a fim de exemplificar essa movimentação editorial aqui explicada, são exibidas duas capas relativas ao prédio da Escola Normal da Capital (Belo Horizonte) existente em 1926.

FIGURA 04 – Capa do número 14 (1926) FIGURA 05 – Capa do número 19 (1926)



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 2, nº 14, 1926.



Fonte: *Revista do Ensino*, v. 2, nº 19, 1926.

As capas do nº 14 e do nº 19 (1926) expõem respectivamente a foto da lateral do prédio da Escola Normal na Capital, e uma foto da fachada deste mesmo prédio, um símbolo republicano que retrata toda a beleza e grandiosidade dos prédios monumentais erguidos nesta época. Em 1926, "além da Escola Normal Modelo, da Capital" havia "a Escola Normal de Ouro Fino [...] e umas 40 equiparadas" (Silveira, 1926, p. 136).

É importante ressaltar que foram contabilizados 11 números que apresentaram capas ilustradas, ou seja, eles são bem poucos, são exceções. Do volume total de 175 números do recorte (1925-1940), estes outros não passam de 6,3%.

Ao observar-se atentamente a capa de cada edição, reparou-se que a aparência geral, na maioria dos casos, mantém uma aparência semelhante àquela do nº 12, que apresenta o título do impresso com letras grandes, e logo após segue-se a exposição de um sumário contornado por 4 linhas que formam um quadrado em torno dele, emoldurando-o, só que com a diagramação desse sumário em duas colunas. Deste modo, o nº 12, na verdade, tornou-se o padrão editorial mais frequente entre 1926 e 1933.

Reconheceu-se, além disso, que os lançamentos anuais dos exemplares da *Revista do Ensino* (MG) não correspondem exatamente às mudanças dos Presidentes de Províncias. Reparou-se que do nº 1 (março, 1925) até o nº 16-17 (julho/agosto, 1926), quem estava à frente do governo de Minas Gerais era o Presidente Mello Vianna. Mas, ainda em 1926, a presidência

mudou em setembro para as mãos de Antônio Carlos, que a partir daí lançou na sequência outros números com aparência diferente.

De acordo com Carvalho, Gonçalves Neto e Carvalho (2016), quando Antônio Carlos (1926-1930), juntamente com o seu Secretário do Interior Francisco Campos, e Mario Casasanta Inspetor da Instrução Pública estiveram à frente do governo de Minas Gerais, eles realizaram as seguintes mudanças no campo da educação: reformaram o ensino primário e normal através de regulamentos e de decretos como: o nº 7.970 de 15 de outubro de 1927, e o nº 8.162, de 20 de janeiro de 1928; adotaram os princípios da Escola Nova para embasarem a nova reforma; constituíram um corpo de inspetores do ensino normal, que realizavam a fiscalização, e a assistência técnica permanente às Escolas Normais; e colocaram em funcionamento a Escola de Aperfeiçoamento. A Reforma Francisco Campos pretendia, pelo menos no discurso, lutar pela redução do analfabetismo, modernizar e renovar os métodos de ensino, democratizar a educação, e ampliar a mão-de-obra desse setor, etc. (Carvalho; Gonçalves Neto; Carvalho, 2016).

Neste contexto, no qual "em 1926, cerca de 80% da população em Minas Gerais era analfabeta" (Vidal; Faria Filho, 2002), essa reforma tentou melhorar a formação de professores para melhorar a educação pública. E a *Revista do Ensino (MG)* foi usada para divulgar as novas mudanças.

> Os reformadores apostaram na ideia de oferecer um veículo moderno, atualizado, com uma periodicidade definida e já legitimada pelos professores. A escolha dessa política, de veicular a Revista, deu-se tanto pela necessidade de estabelecer um diálogo com o professorado, como pela natureza das questões teórico metodológicas a serem discutidas. Uma revista seria o instrumento ideal, por suas características, periodicidade e estrutura, para informar e formar rapidamente, de maneira eficaz e prazerosa, os professores que necessitavam ser atualizados e modelados pelos preceitos propostos pela reforma do ensino (Biccas, 2008, p. 57).

Após a posse da equipe gestora de Antônio Carlos, o nº 18 (outubro, 1926) foi lançado. Desse exemplar até o nº 25 (janeiro, 1928), as capas ilustradas continuaram, mas desaparecem após o lançamento do nº 26 (fevereiro, 1928). Entre esses números deu tempo de a Reforma Francisco Campos ser melhor delineada nesses meses de governo, e na sequência saiu a edição nº 26, cuja capa está exposta a seguir.

FIGURA 06 – Capa do número 26 (1928)


ANNO III — N. 26 OUTUBRO, 1928

REVISTA DO ENSINO

ORGAM OFFICIAL DA INSPECTORIA GERAL DA INSTRUCÇÃO

SUMMARIO

A nova escola de Minas. — Pedagogia chinêsa. — O sentido da visão, *Guerino Casasanta*. — Diario de classe e Caderno de preparação das lições. — Duas lições do 4º anno primario, *Maria Ignacia de Queiroz Miranda*. — O ensino intuitivo de historia. — A nova organização pedagogica. — Lições de português, *Firmino Costa*. A punição na historia da pedagogia, *Ciaccia*. — Curso de aperfeiçoamento. — Faculdade de Medicina de Bello Horizonte, *Aurelio Pires*. — Questões de pedagogia, *Alexandre Drumond*.

SECÇÃO DO CENTRO PEDAGOGICO DECROLY
INFORMAÇÕES UTEIS

BELLO HORIZONTE — ESTADO DE MINAS GERAES

Fonte: *Revista do Ensino*, v. 3, nº 26, 1928.

A partir do nº 26 (outubro, 1928) aconteceram mudanças materiais significativas. Notou-se o lançamento de uma linha editorial mais definida, por isso, este número pode ser considerado como mais outro importante marco na materialidade do impresso pedagógico. A primeira mudança foi na instituição produtora. Reconheceu-se em todas as capas do nº 1 (março, 1925) até o nº 25 (janeiro, 1928) que até então, a revista era produzida pela Diretoria de Instrução Pública de Minas Gerais. Mas, com o lançamento do nº 26 é anunciado logo na capa, depois do título do periódico, que a partir de então, a responsabilidade pela produção do impresso ficaria a cargo da Inspetoria Geral da Instrução Pública.

Considerando Assis (2021) e Biccas (2008) compreendeu-se que a extinção dessa Diretoria para dar lugar à nova Inspetoria são reflexos da Reforma Francisco Campos, que para imprimir as marcas da nova orientação educacional fez mudanças consideráveis na materialidade da *Revista do Ensino* (MG). A outra modificação trazida com o lançamento do nº 26 foi a alteração das dimensões físicas: de (24x18 cm) para (17x11 cm). Esse novo tamanho manteve-se inalterado a partir daí, em todas as edições subsequentes até o nº 174-175, o último publicado em 1940. As outras modificações se referem à reorganização dos conteúdos que seriam publicados, que passaram a focalizar os pressupostos educacionais da Escola Nova e a divulgação das novidades da Reforma Francisco Campos.

Fundamentando-se em Assis (2019; 2020; 2021) pode-se afirmar que como Francisco Campos queria inaugurar uma nova fase na administração da educação, ele estabeleceu todas

essas transformações na formatação da revista para a distinguir da gestão anterior. Deste modo, considera-se que essa reforma mineira foi a que mais marcou a materialidade desse impresso.

Já no recorte (1930-1933), sob o governo de Olegário Maciel, não se fizeram grandes reformas no ensino propriamente, pois, a nova política educacional implantada tentou seguir os princípios pedagógicos da reforma anterior (Coelho, 2021). Porém, nesse momento havia um cenário de instabilidade política e de dificuldades econômicas enfrentadas pelo país após a crise internacional de 1929, e a crise do café em 1930.

Conforme Biccas (2008) nesse contexto a Secretaria da Educação e Saúde pública foi criada, em 1931, que passou a adotar uma política restritiva para a educação, e assim, a revista acabou sofrendo com cortes orçamentários na imprensa pedagógica oficial. A partir daí, estabeleceu-se uma política de fiscalização e controle da qualidade do ensino por meio da Inspetoria Geral da Instrução Educação Minas Gerais, que produziu a revista, e ao mesmo tempo inspecionava os estabelecimentos públicos de ensino.

Percebeu-se que uma das principais mudanças editoriais operadas foi a adoção da estratégia de juntar três, quatro ou cinco números juntos numa única edição. A primeira edição trimestral lançada foi o nº 50-51-52 (1930). Em face desse contexto histórico de crises no estado, a revista optou pela produção de edições trimestrais e quadrimestrais, a fim de diminuir as custas editoriais, e economizar os recursos públicos, que foi combinada à estratégia de protelar o lançamento de novos exemplares. Outra atitude tomada, a partir do nº 29, foi a possibilidade de aquisição de números individuais, coleções semestrais e anuais, por meio de pedidos e assinaturas. Essas vendas avulsas ou por assinaturas se dariam com o objetivo de complementar a receita do periódico, pois, os novos lançamentos continuaram sendo distribuídos gratuitamente no estado.
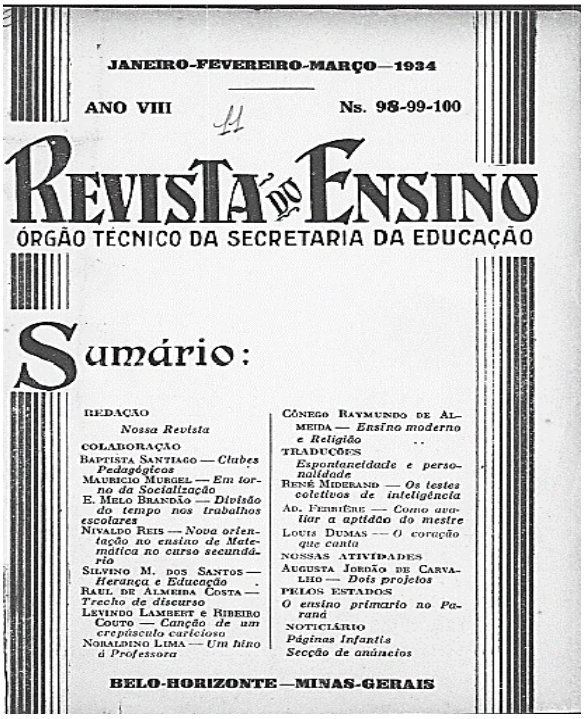
Do nº 26 (outubro, 1928) até o nº 97 (dezembro, 1933), conforme visto em todas as capas, a Inspetoria Geral da Instrução Pública estava incumbida pela produção do periódico. Na sequência, em 1934 houve uma nova transição: a responsável por editar a revista se tornou a Secretaria da Educação. E esta mudança importa esclarecer que:

> A Instrução Pública em Minas Gerais até 1930 era competência da Secretaria do Interior cuja documentação registra as ações relativas à administração e ao funcionamento de Escolas Normais, Grupos Escolares, Ginásios e Faculdades. Com a aprovação da Lei nº 1.147, de 06/09/1930 foi criada a Secretaria de Educação e Saúde Pública. Normativas subsequentes promoveram mudanças estruturais nos órgãos responsáveis pelo ensino no estado. Em 1933, pelo Decreto 19.850, são criados os Conselhos Federais e Estaduais de Educação que passaram a funcionar efetivamente a partir de 1934. A Lei estadual nº 212, de 30/10/1937 reorganizou os serviços da Secretaria e criou o Departamento

> de Educação ao qual ficaram sujeitas sete Inspetorias responsáveis pelos serviços administrativos da política nacional (Arquivo..., 2024, p. 1).

Pelos próximos anos de 1934 até 1940, na opinião de Biccas (2008), enquanto Benedito Valadares esteve à frente do governo de Minas Gerais, o protagonismo pela produção da revista se concentrou na pessoa do Noraldino de Lima, que na função de Secretário de Educação a transformou no Órgão Técnico da Secretaria da Educação. A capa do nº 98-99-100 (1934), na figura 07, após o título da revista denota essa transição na produção dela. A partir daí, verificou-se que Noraldino de Lima se manteve no comando editorial do impresso até o último exemplar lançado em 1940, o nº 174-147.

FIGURA 07 – Capa do nº 98-99-100 (1934)


JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO—1934

ANO VIII Ns. 98-99-100

REVISTA DO ENSINO

ÓRGÃO TÉCNICO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

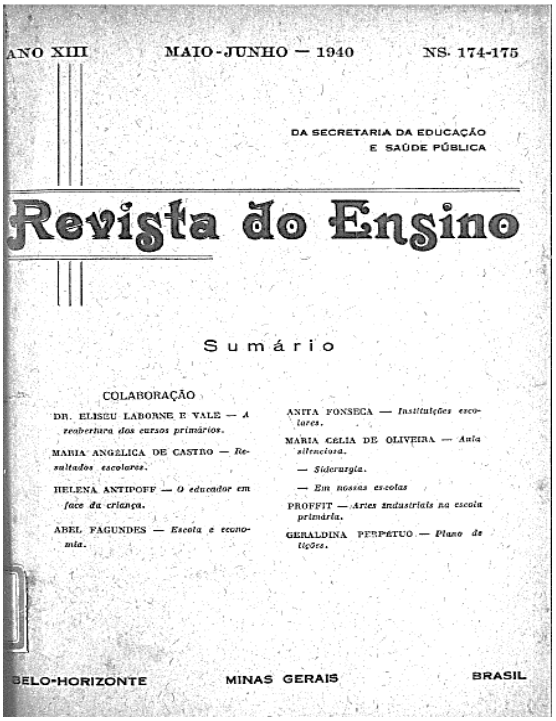
Sumário:

REDAÇÃO
Nossa Revista
COLABORAÇÃO
BAPTISTA SANTIAGO — *Clubes Pedagógicos*
MAURICIO MURGEL — *Em torno da Socialização*
E. MELO BRANDÃO — *Divisão do tempo nos trabalhos escolares*
NIVALDO REIS — *Nova orientação no ensino de Matemática no curso secundário*
SILVINO M. DOS SANTOS — *Herança e Educação*
RAUL DE ALMEIDA COSTA — *Trecho de discurso*
LEVINDO LAMBERT e RIBEIRO COUTO — *Canção de um crepúsculo carioca*
NORALDINO LIMA — *Um hino á Professora*
CÔNEGO RAYMUNDO DE ALMEIDA — *Ensino moderno e Religião*
TRADUÇÕES
Espontaneidade e personalidade
RENÉ MIDERAND — *Os testes coletivos de inteligência*
AD. FERRIÈRE — *Como avaliar a aptidão do mestre*
LOUIS DUMAS — *O coração que canta*
NOSSAS ATIVIDADES
AUGUSTA JORDÃO DE CARVALHO — *Dois projetos*
PELOS ESTADOS
O ensino primario no Paraná
NOTICIÁRIO
Páginas Infantis
Secção de anúncios

BELO-HORIZONTE—MINAS-GERAIS

Fonte: *Revista do Ensino*, v. 8, nº 98-99-100, 1934.

FIGURA 08 – Capa do nº 174-175 (1940)


ANO XIII MAIO-JUNHO — 1940 NS. 174-175

DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

Revista do Ensino

Sumário

COLABORAÇÃO

DR. ELISEU LABORNE E VALE — *A reabertura dos cursos primários.*
MARIA ANGELICA DE CASTRO — *Resultados escolares.*
HELENA ANTIPOFF — *O educador em face da criança.*
ABEL FAGUNDES — *Escola e economia.*
ANITA FONSECA — *Instituições escolares.*
MARIA CELIA DE OLIVEIRA — *Aula silenciosa.*
— *Siderurgia.*
— *Em nossas escolas*
PROFFIT — *Artes industriais na escola primária.*
GERALDINA PERPÉTUO — *Plano de lições.*

BELO-HORIZONTE MINAS GERAIS BRASIL

Fonte: *Revista do Ensino*, v. 13, nº 174-175, 1940.

Três contrastes gerais foram reconhecidos nas capas entre 1934 e 1940. Como se vê acima, na figura 07, o nome da revista passou a ser destacado com letras ainda maiores que as capas editadas anteriormente; e os sumários receberam uma nova diagramação, todos foram formatados em duas colunas, às vezes divididos por uma linha ao meio para indicarem os títulos das principais reportagens; e a última mudança foi o aumento do tamanho das letras dos nomes das seções da revista, escritas em letras maiúsculas, nos sumários. De 1932 a 1940 a visibilidade das seções ficou mais fácil. Na figura 07, na primeira coluna do sumário há os nomes das seções *Redação* e *Colaboração*, e na segunda coluna dele há as seções *Traduções*, *Nossas Atividades*,

e *Noticiário*. Na figura 08 apareceu na primeira coluna do sumário somente o nome da seção *Colaboração*.

Além de mudar as capas e o interior das edições, Noraldino Lima elaborou uma nova política educacional de redução de gastos em virtude do contexto de turbulência econômica sentidos pelos reflexos da crise de 1929, e da turbulência política após a Revolução de 1930, etc. (Peixoto, 1993; 2000). Deste modo, a partir de 1934, observou-se que ele construiu um programa para implantar a nova organização da *Revista do Ensino* (MG), no qual ela serviria para propagandear as ações da Secretaria da Educação, que assumiu a ideologia da eficiência[3].

Diante desse cenário, na análise documental observou-se que as feições da revista mudaram de 1934 até 1940, cuja capas e os conteúdos no interior dela, de certa maneira em algumas ocasiões diminuíram, e a revista assumiu uma identidade mais técnica e burocrática. No começo do nº 98-99-100 (1934) há um trecho, onde a revista avisa que o então Secretário da Educação havia elaborado esse programa para redefini-la guiando-se pela ideologia da eficiência, como se lê abaixo:

> O dr. Noraldino de Lima [...] organizou um programa que será forte garantia de eficiência da revista como órgão de propaganda e de divulgação do que está fazendo e do que se quer fazer para o aperfeiçoamento do aparelho responsável pela educação pública em Minas gerais [...] aplicando o dinamismo e o rendimento de sua função orientadora e essencialmente técnica (Revista do..., 1934, p. 1).

Nesse sentido, durante o recorte (1934-1940), o novo programa do Noraldino de Lima preocupado com a eficiência da educação, e com o periódico, ordenou a partir daí, segundo Biccas (2008), que se passasse a publicar todo o trabalho desempenhado pelos Assistentes Técnicos da Educação junto às escolas, como relatórios, dados estatísticos e outros informes que versavam sobre o andamento das experiências escolares alinhadas com essa ideologia. Além disso, os docentes também eram incentivados a enviarem suas práticas pedagógicas para a publicação.

Outra característica dessa nova política educacional implantada pela Secretaria da Educação era o seu caráter nacionalista e patriótico. Ainda no nº 98-99-100(1934) se lê o

[3] "[...] o conceito de eficiência [...] possibilita ao governo não só restringir aos órgãos técnicos, mas interferir na prática desenvolvida nas escolas [...] para permitir que se coloque a educação a serviço do Estado na solução das questões sociais. Os testes as classes homogêneas, com o seu ensino diferenciado, as atividades de socialização, a ênfase na aquisição de hábitos de higiene e de conduta, etc. [...] em relação à escola [...] permitem ao Estado utilizá-la como instrumento de controle social, transferindo-lhe, do ponto de vista formal, funções como classificar, e hierarquizar, distribuir indivíduos na estrutura social [...] mais importante que aprender a ler, escrever e contar é comemorar o aniversário do presidente, o dia da árvore e outras datas é desfilar nas ruas, empunhando bandeiras e flâmulas com retrato das autoridades [...] (Peixoto, 2000, *apud* Biccas, 2008, p. 114).

seguinte: “Aos que se interessam pelo [...] destino da nacionalidade – aos professores, aos técnicos, aos pedagogos – o nosso apelo […] fazer [com que] [...] esta publicação [...] realize a sua patriótica finalidade” (Revista do..., 1934, p. 2). Esse caráter patriótico e nacionalista estava alinhado ao regime autoritário do Estado Novo (1937-1945) que estaria por vir. Peixoto (2000) explica que quando o regime autoritário vigorou no país, Minas Gerais, na gestão de Benedito Valadares, já era uma casa pronta, porque aderira com antecedência à ideologia da eficiência, à ideologia nacionalista e à burocratização do Estado na educação. Desta maneira, o periódico prosseguiu sendo editado seguindo essa ótica até 1940, quando a sua produção precisou ser interrompida em virtude da 2ª Grande Guerra Mundial deflagrada em setembro de 1939.

No último ano de produção, esse impresso conseguiu lançar só três edições: uma no primeiro trimestre, o nº 170-171-172 (1940), uma no mês de abril, o nº 173 (1940), e a derradeira no bimestre de maio a junho: o nº 174-175 (1940), que marcou a estagnação da sua produtividade, resumindo-a ao primeiro semestre desse ano. Vale lembrar que a próxima reativação gastou cinco anos e meio para acontecer, ocorrendo apenas em janeiro de 1946, após a cessação da 2ª Guerra Mundial em 1945.

Sendo assim, em síntese, até aqui tentou-se abordar as principais mudanças sofridas na materialidade na *Revista do Ensino* (MG), no olhar desta pesquisa documental do recorte temporal (1925-1940). Assim, foram expostas as capas vistas como as mais definidoras das mudanças ocorridas, ordenadas pelas reformas educacionais citadas, que modificaram as dimensões físicas dela, a diagramação, e a orientação pedagógica a ser seguida.

2.3 As seções da Revista do Ensino (MG)

Na análise documental desse impresso no período (1925-1940) reconheceu-se que a aparição dos nomes das seções geralmente ocorria nos sumários colocados nas capas. Observou-se que a indicação das seções começou já na capa do nº 2 (1925), porém, nas capas das edições desse ano e dos anos seguintes, os nomes das seções desapareciam e apareciam constantemente. A partir do nº 26 (1926) (na figura 06 – apresentada anteriormente), a indicação do nome das seções ficou separada dos sumários, aparecendo debaixo deles, nessa figura é notável os 2 nomes: *Secção do Centro Pedagógico Decroly* e *Informações Úteis*. Essa mudança foi mais uma daquelas mudanças gráficas operadas durante a Reforma Francisco Campos.

Após essa reforma, verificou-se que foi somente a partir do nº 75 (1932) que a revista passou a indicar os nomes das seções de maneira fixa, em letras maiúsculas, sempre dentro dos sumários diagramados em duas colunas intercalados com os títulos das reportagens listadas.

Examinou-se que essa formatação se tornou uma regra editorial permanente desse exemplar, até o último exemplar de 1940.

Ademais, Biccas (2006) esclarece que algumas seções mudaram de nome ao longo do tempo. Por isso, intui-se que a seção *Oficial* (1925) passou a se chamar *Atos Oficiais* (1928-1930), pois, notou-se que a seção *Administração do Ensino* (1932-1933) às vezes aparecia só com o nome *Administração*, e que a seção *Redação* (1932-1940) às vezes aparecia com o nome *Da Redação*. Dito isso, apresenta-se a seguir o quadro elaborado colocando todos esses nomes mencionados, que foi organizado respeitando a ordem cronológica em que as seções apareciam e desapareciam.

QUADRO 01 – As seções da *Revista do Ensino* (MG) (1925-1940)

Ano	**Nome da Seção**				
1925	*Oficial*	*Variedades*	*Recreativa*	*Higiene Escolar*	*Pedagogia*
1925-1926	*Páginas imortais*				
1926	*Canto nas Escolas*		*Aula Aritmética*	*Folk*	*Os grandes nomes da Pedagogia*
1927-1928	*Era uma vez*				
1928-1930	*Atos Oficiais*				
1927-1930	*Informações úteis*				
1928-1929	*Seção do Centro Pedagógico Decroly*				
1928-1930	*Atos oficiais*				
1929-1930	*Nossos Concursos*		*A Voz da Prática*		
1927-1932	*Notas*				
1928-1933	*Daqui e Dali*				
1930	*Escola moderna*				
1931-1937	*Noticiário*				
1932-1933	*Administração do Ensino / Administração*				
1932-1934	*Nossa experiência*				
1932-1940	*Redação* / *Da Redação*		*Traduções*		*Colaboração*
1933	*Movimento educacional*				
1934-1940	*Transcrições*				
1934-1935	*Exercícios escolares*				
1936	*Comunicado*				
1937-1938	*Bibliografia*				
1939-1940	*Nossas escolas*				
1940	*Homenagem*				

Fonte: Quadro elaborado com base em Rodrigues e Biccas (2015), Biccas (2005; 2006; 2008) e Britto (2020).

Dos estudos citados acima não é possível afirmar categoricamente qual seção era mais importante do que outra, porque elas tinham enfoques diferentes. E como não é possível analisar o enfoque de todas elas, Biccas (2005) destaca duas delas que foram especialmente

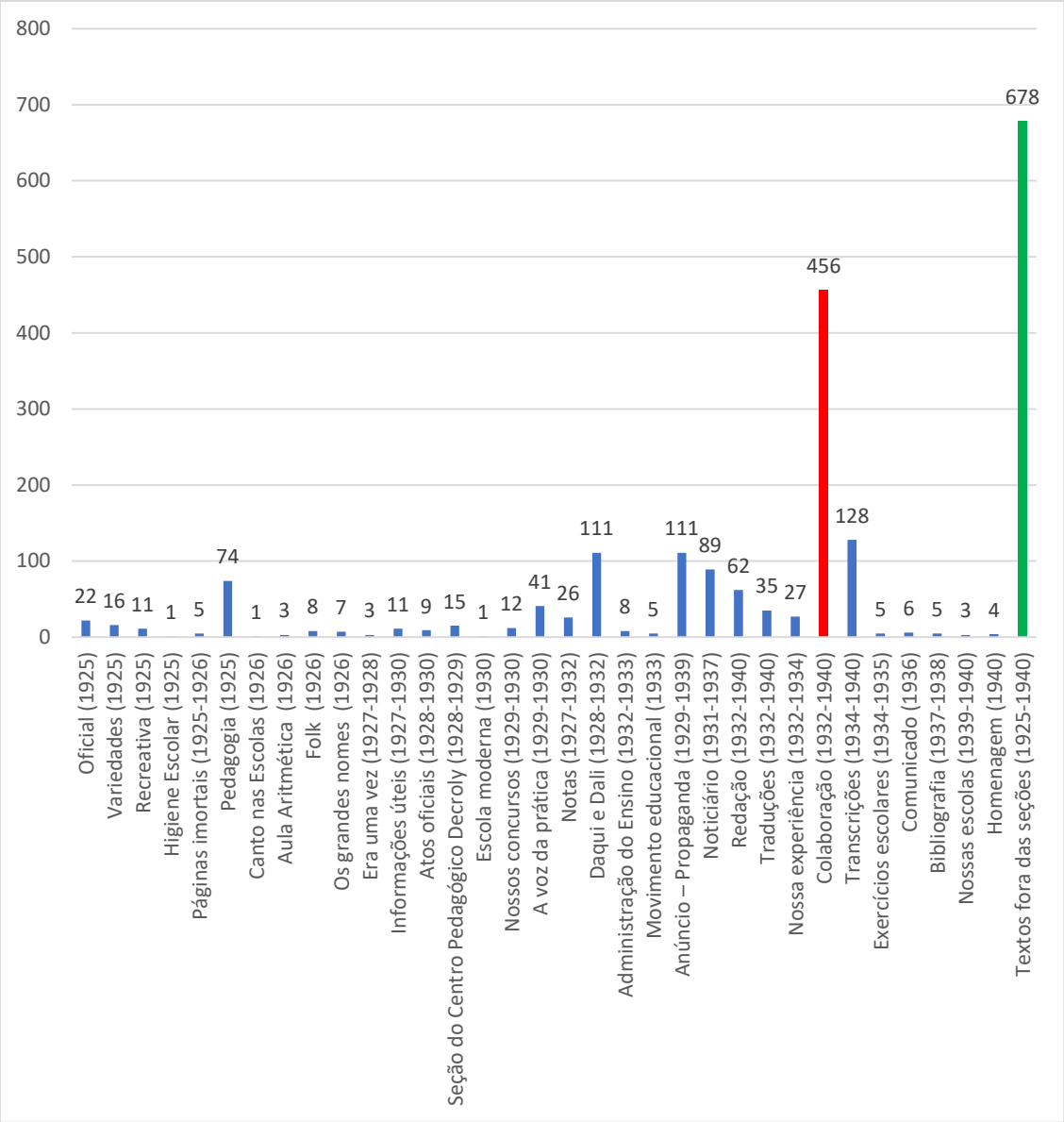
desenvolvidas para falar de professor para professor: *Nossos Concursos* e *A Voz da Prática* ambas do período (1929-1930). Os produtores faziam concursos para que os professores se inscrevessem e ganhassem prêmios, e um dos prêmios dados era a publicação dos seus escritos didáticos no periódico.

> O uso e a forma que essas seções [*Nossos Concursos* e *A Voz da Prática*] passaram a ter na *Revista do Ensino* mostram uma intenção clara dos editores: a de assegurar um modo de inculcação e de apropriação dos novos preceitos pedagógicos apresentados nos regulamentos e programas do ensino primário. As seções foram utilizadas como uma estratégia articulada para dar visibilidade às boas práticas produzidas por professores reais, que estavam dentro das salas de aula espalhadas por todo o Estado. (Biccas, 2005, p. 165).

Depois que as seções *Nossos Concursos* e *A Voz da* Prática foram extintas em 1930, ao que parece, a seção *Colaboração* assumiu, em parte, a finalidade dessas outras, só que sem a realização dos concursos pelos editores do periódico. Mas, ela continuou recebendo a colaboração de vários professores e professoras, além de receber artigos de autoridades educacionais e autoridades eclesiásticas para serem publicados.

A partir da elaboração do quadro anterior, com base em Rodrigues e Biccas (2015) e Biccas (2005; 2006; 2008) também foi possível criar um gráfico para demonstrar as quantidades de textos veiculados em cada uma das seções, que versavam sobre assuntos variados.

GRÁFICO 01 – Quantidade de textos de temas variados dentro das seções



Fonte: Gráfico elaborado com base em Biccas (2005; 2006; 2008).

É possível visualizar nesse gráfico que as seções *A Voz da Prática* com 41 textos, e a *Nossos Concursos* com 12 textos receberam poucas redações se forem comparadas com a seção *Colaboração*, aquela que mais se destacou ao propagar 456 textos sobre assuntos variados (vide cor vermelha). Essa foi a maior quantidade de artigos inseridos em seções, por isso, ela pode ser considerada como a seção mais pujante de todas.

Considerando o quadro acima, embasado em Rodrigues e Biccas (2015), Biccas (2005; 2006; 2008), é possível reparar que as seções *A Voz da Prática* e a *Nossos Concursos* publicaram poucas redações escritas por professores, chegando a 41 e 12 respectivamente. Já a seção *Colaboração* foi a que mais se destacou dentre todas as existentes no periódico, pois ela

conseguiu propagar 456 textos sobre assuntos variados, sendo a maior quantidade de textos publicados dentro de uma mesma seção. Desta forma, analisou-se que a *Colaboração* pode ser considerada como a seção mais pujante desta revista educacional.

Através das seções como a *Colaboração*, que se destacou quantitativamente com 456 textos, entre outras, o impresso permitiu que vozes oficiais e relatos de práticas docentes se cruzassem, forjando uma identidade docente vinculada à eficiência técnica.

Deste modo, a materialidade dessa fonte histórica revela, portanto, uma "pedagogia da forma", onde cada escolha gráfica e editorial visava legitimar o projeto escolar republicano e também as orientações da Escola Nova, tornando este impresso um manual indispensável para o cotidiano das escolas mineiras.

Ademais, se reconheceu que, na verdade, a prática editorial mais comum era a de alocar poucos textos dentro das seções (geralmente postos, ou no começo, ou na metade das páginas das edições), porque a maioria dos conteúdos sobre assuntos variados era distribuída, de fato, fora das seções. E esses artigos alocados sem vínculo com seções específicas foram chamados por Biccas (2005, 2006, 2008) de '*Sem indicação*'. Possivelmente porque cada edição reunia assuntos tão diversificados entre si, que os editores não se importavam tanto em separá-los por seções. Essa autora contabilizou 678 textos fora das seções (vide cor verde no gráfico), e essa quantidade foi a maior de todas, como se pode notar acima.

Os resultados demonstraram, no balanço geral das investigações feitas, que a materialidade desta revista pedagógica enquanto um artefato histórico e cultural possui os seguintes traços: **1)** a *Revista do Ensino* (MG) configurou-se como um artefato singular estritamente pedagógico de propriedade oficial, financiado pelo Estado mineiro, o que lhe garantiu uma longevidade e alcance territorial ímpares em comparação com outros periódicos contemporâneos; **2)** o periódico funcionou como um potente dispositivo de formação e normatização do magistério, que implementou a distribuição gratuita e diferentes estratégias editorias com vistas ao convencimento e produção do fazer pedagógico; **3)** qualitativamente, a pesquisa compreendeu que a materialidade dela evoluiu de um suplemento do jornal *Minas Gerais* para um suporte impresso singular de identidade editorial própria e definida, que se consolidou, sobretudo, a partir do número 12 (1926), com padrões visuais claros como sumários emoldurados e títulos destacados nas capas; **4)** tal revista não era apenas um repositório de textos, mas um canal de comunicação altamente eficiente que materializava as aspirações dos grupos sociais específicos que a produziram, e as diretrizes de formação docente do governo; **5)** a Reforma Francisco Campos (1927) marcou o maior ponto de ruptura material dessa fonte, alterando radicalmente suas dimensões físicas de 24x18 cm para 17x11 cm reorganizando os

seus conteúdos sob o ideário da Escola Nova; e **6)** a seção '*Colaboração'* foi a que mais de se destacou, sendo a mais pujante do periódico, contudo, pôde-se observar que as intenções neste caso, e em outras seções, eram as de continuar com a publicação das produções didáticas docentes que seguiam a nova orientação escolanovista.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesta pesquisa foi possível elucidar que a *Revista do Ensino* (MG) no período (1925-1940) atuou como um complexo objeto cultural, cuja materialidade é indissociável do projeto de construção do campo educacional em Minas Gerais.

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo permitem concluir que essa revista educacional se consolidou como um artefato histórico e cultural cuja materialidade foi meticulosamente orquestrada para servir como o principal suporte de irradiação das políticas educacionais mineiras. Deste modo, a revista não apenas documentou o campo educacional, mas materializou fisicamente as intenções do Estado de modernizar o ensino e uniformizar a prática docente em todo o território mineiro.

Por fim, os dados e reflexões sistematizados neste artigo abrem novas possibilidades de pesquisa no campo da História da Educação. O levantamento documental realizado permite futuros estudos historiográficos que pretendam comparar a materialidade desta revista oficial mineira com as de outros estados brasileiros ou mesmo de outros países no mesmo período. Essa fonte histórica também permite que explorem o recorte da segunda fase (1946-1971), ainda pouco investigado, para compreender as mudanças materiais no impresso nesta fase, visando-se sempre desvelar as complexas relações entre a imprensa periódica pedagógica e a historiografia da educação.

4. REFERÊNCIAS

ARQUIVO Público Mineiro. *Inventário do fundo Secretaria de Estado de Educação*. Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro, 2024. Disponível em: <http://www.siaArquivo PúblicoMineiro.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=270>. Acesso em: 17 maio 2024.

ASSIS, Thaís Reis de. A monumentalização do magistério e a institucionalização da escola pública primária mineira: um estudo sobre a revista do ensino (1925-1930). In: BRESSANIN, César Evangelista Fernandes; BALDINO, José Maria; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de (Orgs.). *Educação, História, Memória e Cultura em Debate Volume I*: História da educação e suas abordagens. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

ASSIS, Thaís Reis de. *Monumentos ao/do saber, tempos de ensinar, escolarização e magistério*: a institucionalização dos grupos escolares mineiros nas páginas da Revista do Ensino. 2019. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

BASTOS, Maria Helena Camara. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em Revista*: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

BICCAS, Maurilane de Souza. Da revista à leitura: a formação dos professores e a conformação do campo pedagógico em Minas Gerais. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira*: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BICCAS, Maurilane de Souza. "Nossos Concursos" e "a Voz da Prática": a Revista do Ensino como estratégias de formação de professores em Minas Gerais (1925–1930). *Cadernos de História da Educação*, n. 4, jan./dez. 2005.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais*: o caso da Revista do Ensino (1925-1940). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2001.

BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação*: Revista do Ensino (MG) (1925–1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BICCAS, Maurilane de Souza. Impresso pedagógico como objeto e fonte para a história da educação em Minas Gerais: Revista do Ensino (1925-1940). In: MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida. (Orgs.). *História da Educação*: ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, EDUSP, 2ª ed. 1988.

CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. O projeto modernizador à mineira: reformas administrativas e a formação de professores (Minas Gerais, 1906-1930). *Revista Hist. Educ. (Online)*, Porto Alegre, v. 20, n. 49, maio/ago. 2016.

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 10, n. 20, jul./dez., 1996.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 16, 1995.

CHARTIER, Roger. Textos impressos e leituras. In: CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos Coelho. *A Revista do Ensino (MG) (1925-1940) e as representações de docência como sacerdócio*: modelos normativos convergentes entre Estado e Igreja Católica. 2025a. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, 2025.

COELHO, Monalisa Lopes dos Santos Coelho. *Presença do ideário católico na Revista do Ensino* (1925-1940). 2021. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2021.

FRAGA, Andréa Silva de. O estudo e sua materialidade: revista das alunas-mestras da escola complementar/normal de Porto Alegre/RS (1922-1931). *Hist. Educ. (Online),* v. 17, n. 40, maio/ago., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2236-34592013000200005>. Acesso em: 03 out. 2025.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 6655, de 18 de agosto de 1924*. Aprova o regulamento do ensino primário. Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1924.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A luta dos católicos pela escola em Minas Gerais nos anos 30. *Educação em Revista*, Faculdade de Educação UFMG, n. 17, jun. 1993.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. Triste retrato: a educação mineira no Estado Novo parte II. *Yumpu*. Ago, 2000. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/18646362/-triste-retrato-a-educacao-mineira-no-estado-novo->. Acesso em: 20 jun. 2024.

REVISTA DO Ensino. Capa do nº 1. *Revista do Ensino,* Belo Horizonte, v. 1, n. 1, mar., 1925.

REVISTA DO Ensino. Capa do nº 11. *Revista do Ensino,* Belo Horizonte, v. 2, n. 11, fev., 1926.

REVISTA DO Ensino. Capa do nº 12. *Revista do Ensino,* Belo Horizonte, v. 2, n. 12, mar., 1926.

REVISTA DO Ensino. Capa do nº 14. *Revista do Ensino,* Belo Horizonte, v. 2, n. 14, maio, 1926.

REVISTA DO Ensino. Capa do nº 19. *Revista do Ensino,* Belo Horizonte, v. 2, n. 19, dez., 1926.

REVISTA DO Ensino. Capa do nº 26. *Revista do Ensino,* Belo Horizonte, v. 3, n. 26, out., 1928.

REVISTA DO Ensino. Capa do nº 98-99-100. *Revista do Ensino,* Belo Horizonte, v. 8, n. 98-99-100, jan.-mar., 1934.

REVISTA DO Ensino. Nossa Revista. *Revista do Ensino,* Belo Horizonte, v. 8, n. 9899-100, p. 1, 2, jan.-mar., 1934.

SANTOS, Rosa Ortiz de; EGIDO, Luis Torrego. La prensa pedagógica en la reconstrucción del pasado educativo: el caso de la revista Escuelas de España (1929-1936). *Hist. Educ.*

(Online), v. 22, n. 56, set./dez., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/78399>. Acesso em: 03 out. 2025.

SILVEIRA, Victor. *Minas Geraes em 1925*. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1926.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./jun., 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100003>. Acesso em: 03 out. 2025.